

**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DO FÓRUM DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE PRESIDENTE PRUDENTE E
REGIÃO – FPETI-PPR**

Às 08h30, do dia 15 de março do ano de dois mil e dezenove, sexta-feira, no auditório deste Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, localizado na Avenida Quatorze de Setembro, 1080, realizou-se a décima quinta reunião ordinária do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região – FPETI-PPR, com a presença dos Senhores Mouzart Luis Silva Brenes, MM. Juiz do Trabalho Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), Rita de Cássia Gonçalves – Representante da SEDUC/SACE, Silvana Vianna Passarello – Gerente Regional do Trabalho, Alba Lucena Fernandes Gandia - Vereadora, Jânia Medeiros – Lar Santa Filomena, Norton Pedro Izilian – SAS – CREAS LAIPSC, Ana Cláudia Cortes Ramires - SAS – CREAS LAIPSC, Sebastião Celestino – Representante da Diretoria de Ensino – Região Presidente Prudente, Naide Videira Braga – Diretora de Ensino de Presidente Prudente, Wilian Leite – vereador representando a Câmara de Vereadores, Tamyres Dutra – Assistente Social do CIEE, Diego Catelan Sanches, representando o Ministério Público do Trabalho, Ana Cláudia Hungria de Oliveira – Monitora Social do PETI, Júlio César da Silva, representando o CIEE, Adriana F. Golveia – SENAI, Paulo de Oliveira – Conselho Intersindical de Presidente Prudente, Cláudia Venério Garcia Dias – SENAC, Jeova Ribeiro Pereira – Conselheiro Tutelar, Marielly Tumitan Zechi - Monitora Social do PETI, Maria Luíza de Lima Pastorin – Monitora Social do PETI, Amanda Azzaloni Volnisten – Casa do Aprendiz Cidadão, Marina F. Souza Zanolato Costa – Casa do Aprendiz Cidadão e CMDCA, Maria Helena Veiga Silvestre – SAS, Elaine Cristina Dias Spiguel - SAS/CMDCA, Thais Barbosa Colezulato – SAS, Aline Letícia Inácio Moicheta – OAB, Geraldo Paim – Câmara Municipal de Vereadores, Maria Eduarda da Costa Ferreira – Conselho Tutelar, Daiane P. S. Hacada – Fundação Mirim, Jéssica T. Selmo - Fundação Mirim, Jeferson Hernandez – Assessor do Vereador Wilian Leite, José Roberto Dantas Oliva – Juiz do Trabalho Aposentado.

Para desenvolvimento dos trabalhos, o Dr. Mouzart Luis Silva Brenes declarou aberta a reunião e convidou para compor a mesa o Dr. Diego Catelan Sanches, representante do Ministério Público do Trabalho, a Sra. Silvana Vianna Passarello, representante da Gerência Regional do Trabalho de Presidente Prudente – Ministério da Economia e o vereador Wilian Leite, representando a Câmara de Vereadores de Presidente Prudente. Foi ressaltado pelo Dr. Mouzart que não se tratava de uma mesa principal e que, assim, todos se sentissem integrados a ela e à discussão, pois, no caso, se cuida de um Fórum dialógico sobre o combate ao trabalho infantil, com ampla direito a voz sobre os temas da pauta.

Em seguida, o Dr. Mouzart pediu que todos os presentes se identificassem e dissessem a instituição e/ou órgão que estavam representando.

Após a Dra. Aline Letícia Ignácio Moscheta identificar-se, o Dr. Mouzart Luis Silva Brenes a convidou para compor a mesa como representante da OAB.

Em seguida foram abordados os itens da pauta.

1- Leitura e aprovação da ata anterior

Em relação a leitura e aprovação da ata anterior, o Dr. Mouzart Luis Silva Brenes iniciou esclarecendo que a ata da reunião do dia 17 de dezembro de 2018 foi encaminhada por e-mail aos participantes. Na sequência, indagou a todos se dispensavam sua leitura. Os presentes dispensaram a leitura da ata. Pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, foi solicitado a retificação de erro material no item “2” da ata, para que constasse a palavra “avaliação” (e não “avalização”) e para que fosse suprimido parte do quinto parágrafo da página 11, para passar a constar *“Disse, ainda, que a admiração pela Dra. Renata Crema Botasso é recíproca. Falou a respeito de seu entendimento sobre a destinação dos recursos que tem defendido.”* As solicitações feitas pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva foram acolhidas e a ata foi aprovada por unanimidade.

2- Atual denominação e estrutura do extinto Ministério do Trabalho

Disse o Dr. Mouzart que, como todos sabem, o atual governo, por meio de Medida Provisória, extinguiu o Ministério do Trabalho como órgão autônomo, incorporando parte de suas atribuições ao Ministério da Justiça e outra para ao Ministério da Economia. Para melhor esclarecer como ficou a atual denominação e estrutura do Ministério do Trabalho, passou a palavra a Sra. Silvana Viana Passarello. Ela, por sua vez, após saudar os presentes, disse que está desde o início desse ano com as alterações relativas à instituição. O Ministério do Trabalho foi literalmente extinto. Estão fazendo parte da estrutura do Ministério da Economia, dentro da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. A indicação é realmente Ministério da Economia e dentro da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, e dentro de uma Secretaria do Trabalho que foi dividida em duas subsecretarias, ou seja, Secretaria de Políticas Públicas do Trabalho e Emprego e Subsecretaria de Inspeção. Foram mantidas todas as Superintendências Regionais e cada capital de Estado-membro tem uma Superintendência Regional. Isso foi mantido. Superintendência Regional do Estado de São Paulo, no nosso caso. Também foram mantidas as Gerências Regionais com a mesma denominação. Dentro do Estado de São Paulo foram extintas quatro gerências e várias agências de atendimento, e há o risco de se perder a única agência de atendimento de Osvaldo Cruz, sendo que outras agências foram extintas. Estamos com a indicação de extinção da agência de Osvaldo Cruz. As Gerências Regionais de São Paulo das zonas Norte, Sul Leste e Oeste foram extintas. A intenção é que o quadro migre para as Superintendências mesmo sem o espaço físico

necessário para isso, mas, em tese, essas quatro gerências regionais extintas e vão para a gerência regional que fica na Rua Martins Fontes, no Centro Velho de São Paulo. Estão ainda aguardando o regimento com novas competências. A orientação foi de que permanecessem com as rotinas de trabalho em relação às fiscalizações, ao combate ao trabalho infantil e ao cumprimento de quotas de deficiência. Em relação aos plantões, estão realizando dois plantões semanais no período da manhã, às segundas e às quartas-feiras, ocasiões em que são colhidas as denúncias e os protocolos. Nas gerências regionais foram extintos dois setores, não há mais os setores de relação de trabalho e de apoio administrativo. Essas chefias foram extintas e as atividades continuam sendo executadas pelas pessoas que já o vinham realizando. Estão aguardando a publicação do novo regimento dentro dessa nova estrutura, que está dentro desse “grande guarda-chuva dentro do Ministério da Economia”.

Questionada pela Sra. Rita, sobre as impressões, perspectivas e impactos causados com a reorganização do Ministério do Trabalho, a Sra. Silvana esclareceu que já está na gerência regional há mais de 25 anos e disse que a sensação é de insegurança por não haver um regimento que os sustente e por, dentro dessa estrutura, não ter ainda uma definição sobre as atribuições/competências, mas que ainda há esperança de que a rotina de trabalho seja mantida por ser necessário e ter 54 municípios sobre a “jurisdição” da gerência, com um quadro de 10 (dez) auditores-fiscais, sendo 05 (cinco) auditores na área de segurança e saúde do trabalho. Portanto, a esperança é que o regimento traga mais segurança para todos que lá atuam. Não ficaram felizes com a extinção do Ministério do Trabalho. O que era Ministério do Trabalho virou secretaria especial e o que era secretaria passou a ser subsecretaria. Parece que a escalada para chegarem ao Ministro do Trabalho era muito mais simples. O caminho era mais curto e agora ficou mais difícil. A expectativa é de esperança mesmo, de que “nossa agência” não seja extinta. Tiveram quatro agências extintas no período de 2016/2017 e estão sem o setor de relação do trabalho, do qual foi chefe por muitos anos, inclusive trabalhando com a mediação coletiva que é a denominada mesa redonda, onde muitas questões são tratadas e resolvidas sem que fosse necessária a interferência da fiscalização, da auditoria. Resolviam muitas questões neste setor com a mediação coletiva, que é uma bela ferramenta onde se coloca como mediador o chefe do setor ou o gerente regional. Quem continua fazendo a mediação coletiva é ela (Silvana). Lá se coloca o empregador e o sindicato de categoria dos trabalhadores (representando o quadro de trabalhadores) para que os problemas sejam solucionados; e, em geral, os são. A sua experiência pessoal prova que é possível solucionar muitas questões com a mediação coletiva, tais como a falta de anotação de CTPS, quotas de deficientes, falta de aplicação de normas de segurança. Tudo é resolvido com compromisso firmado entre os empregadores e os sindicatos da categoria profissional. A expectativa é que o regimento continue dando suporte para isso,

mas foram enfraquecidos. Todos os gerentes regionais e superintendentes foram mantidos, mas tiveram que encaminhar para o Ministério da Economia, “a toque de caixa”, de sábado para segunda-feira, currículo atualizado para que os nomes fossem publicados no Diário Oficial. Enfim, estão aguardando a publicação de um regimento no Diário Oficial para que tenham mais tranquilidade e segurança para trabalhar.

Pelo Sr. Paulo de Oliveira, foi dito que sua intervenção era no sentido de trazer um pouco sobre o histórico do Ministério do Trabalho em relação a sociedade do movimento sindical. Disse que aqui temos um histórico de gerentes regionais com grande comprometimento com a estrutura do Ministério do Trabalho, com grande capacidade de fazer a gestão do Ministério do Trabalho. Presidente Prudente se diferencia das demais regionais do Estado de São Paulo porque é uma estrutura organizada que, efetivamente, é fruto dessas gestões compromissadas. Temos um quadro de 10 (dez) auditores-fiscais, todas as vezes que foi aberto concurso, os gerentes foram atrás do Ministro para demonstrar a necessidade e a importância do Ministério do Trabalho. Ribeirão Preto em alguns momentos teve dois auditores. Não diferente, o Ministério Público do Trabalho tem feito um papel de grande valia, subsidiando com veículos. Agora o que se tem visto a partir das medidas que “este Presidente” tem tomado é uma falta de projeto de governo do país no que respeita, em especial, a relação entre trabalho e capital. Quando o argumento principal é “tirar o fiscal do cangote do empresário, que é o papel principal que ele tem colocado”. A mesma colocação não é feita em relação a questão tributária, essa forma chula que o Presidente trata seu projeto maior em relação ao trabalho esta ligada em enfraquecer os órgãos que promovem o equilíbrio entre o capital e o trabalho, sejam eles Ministério do Trabalho, Ministério Público Trabalho e Justiça do Trabalho, que também sofre ataques nesse sentido. Não diferente, o movimento sindical, que tem sofrido um ataque ainda muito maior da forma como está. É clara a falta de preparo e de organização desse governo no que toca a essa matéria e praticamente todas as outras, quando ele altera de forma circunstancial as atividades do Ministério do Trabalho e não consegue dar encaminhamento nisso. Fecha as gerências mais visíveis de São Paulo e não sabe o que fazer com as gerências do interior. O superministro Sérgio Moro não sabe o que é a matéria de registro sindical, e, por isso, suspende o registro sindical por mais 90 dias. Ele desconhece a matéria e entende que o Ministério da Justiça tem matérias mais importantes para tratar do que as relações de trabalho. Nós sabemos da importância do Ministério do Trabalho, porque ainda no ano de 2019 a relação de trabalho continua a ser desigual; de um lado o trabalhador que vende sua força de trabalho, em busca de sua dignidade e de sua família e, de outro, o empregador mal-intencionado, “não generalizando”, pode substituir qualquer empregado a toque de caixa sem qualquer responsabilidade. É pra mostrar nossa solidariedade e dizer que estamos juntos nessa luta para fazer os encaminhamentos necessários.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva, sobre a extinção do Ministério do Trabalho, disse que parece que se está dando isso como uma medida definitiva – e talvez seja mesmo –, mas que é preciso considerar o fato é que a Medida Provisória ainda não foi aprovada. Que pensa que o momento é de união, inclusive, dos sindicatos para fazer com que o Congresso Nacional reveja isso. É um absurdo você simplesmente extinguir um órgão que durante 80 anos cuidou das relações de trabalho no Brasil. Não podemos aceitar isso como se fosse uma coisa definitiva. A classe sindical, o próprio Ministério do Trabalho, através dos seus auditores, dos sindicatos dos servidores, especialmente, e todos nós, da Justiça Trabalho, Ministério Público do Trabalho e classe política, aqui representada pelo legislativo municipal. Temos que nos unir e dizer que não aceitamos essa situação. Não é possível tratar uma das coisas que diz mais de perto a dignidade do ser humano, que é o trabalho, como uma coisa de menor importância. O Ministério do Trabalho teve sua força subtraída na medida em que deixou de ser um órgão autônomo. Não podemos dar isso como uma coisa pronta e acabada, para que isso não se concretize. Embora no primeiro dia deste ano tenha sido baixada essa Medida Provisória 870/2019, ainda há tempo de reverter isso no Congresso Nacional.

Pelo Dr. Diego Catelan Sanches, foi proposto, para dar concretude a manifestação do Dr. Dantas, que o Fórum formulasse um ofício endereçado aos correspondentes representantes do legislativo assinado por todas as autoridades e instituições que compõe o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, manifestando nosso repúdio à convalidação da Medida Provisória, o que foi endossado pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, ao afirmar que o combate ao trabalho infantil está ligado diretamente à existência do Ministério do Trabalho.

Wiliam Leite, vereador representando o presidente da Câmara de Vereadores do Município de Presidente Prudente, e que preside a associação da família forense de Presidente Prudente e região (que representa os servidores do Tribunal de Justiça de Presidente Prudente e região) relatou ter acompanhado todo o noticiário sobre a extinção do Ministério do Trabalho e que tudo estaria muito interligado, sendo que sua indagação consistiria em “qual a motivação de tudo isso?”. Disse que a percepção é de que enfraquecem os representantes sindicais, depois tiram alguns direitos trabalhistas e agora também essa reforma da previdência, “um desmonte”. É tudo muito interligado e tem alguma coisa por trás de tudo isso. Mas no Brasil “está Palmeiras contra Corinthians”. Porém, a eleição acabou. Relatou que irão realizar uma assembleia estadual na Praça João Mendes em São Paulo, nesse tema que o Dr. Oliva falou. “Tem muitos temas que vamos abordar, além das nossas reivindicações, tais como Ministério do trabalho, reforma da previdência e reforma trabalhista que já aconteceu. Isso é uma preocupação das entidades, mas eu sinto que nós precisamos do apoio de cada um nas relações interpessoais pelo WhatsApp,

porque a medida em que coloco alguma coisa contra uma reforma, o ataque é muito grande. Hoje o que eu friso é que a eleição passou e temos que pensar no que é bom para o Brasil, e isso não é bom para o Brasil. Isso é um conluio de ideias que beneficia os grandes devedores com as reformas. Querem que o resultado da eleição sejam reproduzidos nas reformas. Temos que alertar a população que o interesse é o nosso e não o deles”.

A vereadora Alba, aproveitando o momento e a presença do vereador Wilian, sugeriu que fosse feita, na próxima sessão da Câmara, uma moção de repúdio da Câmara de Vereadores do Município de Presidente Prudente, com envio de uma cópia para os municípios da região, demonstrando o descontentamento e o impacto que tivemos com esse desmonte. Sugeriu que isso feito na própria sessão, em nome de todos os vereadores, e enviados modelos para as Câmaras vizinhas para que também o fizessem. “É uma forma de dizer que estamos relutando e dando para o Congresso Nacional motivos para a não aprovação”, finalizou ela.

3- Ações de busca ativa e combate ao trabalho infantil;

O Dr. Mouzart Luis Silva Brenes, iniciou dizendo que foi realizada uma pesquisa nas escolas das redes de ensino municipal e estadual com o objetivo de identificar situações de trabalho infantil no Município de Presidente Prudente. Essa pesquisa teve 25.096 alunos como público-alvo, com idade entre 05 e 17 anos. Deste público-alvo 19.098 alunos foram entrevistados, sendo 9.836 alunos de escolas estaduais e 9.262 alunos de escolas municipais. Dito isso, passou a palavra para a Sra. Maria Helena, que fez alguns esclarecimentos sobre o andamento da busca ativa: “Estamos trabalhando com a comissão, eu, a Elaine, a Marina, a Rita da SEDUC, agora junto com as meninas do PETI, e a educação do Estado, D. Naide, o pessoal da Casa do Aprendiz Cidadão, CIEE e Fundação Mirim. Tivemos uma reunião esta semana na Secretaria da Assistência Social, onde nós começaríamos a dar visibilidade a todas essas informações, mas verificamos que nós não tínhamos em mãos os nomes, porque quando a pesquisa foi realizada o único dado de informação para reconhecer o aluno foi o R.A. Para começar o trabalho de busca ativa, efetivamente, precisamos ter o nome do aluno para chegar nas informações, o que fizemos de início. Fizemos uma busca no banco de dados para identificar e partir daí fizemos uma triagem com 241 nomes e destes, 52 nomes são de escolas municipais e o restante de escolas estaduais. Esses 241 são alunos que se declararam estar situação de trabalho infantil, sem identificação de onde e em que situação. Entendemos que esse grupo é o prioritário porque não tem cobertura nenhuma e está em situação mais agravada. Nos filtramos esses casos e encaminhamos o R.A. ao Município de Presidente Prudente, que através de um sistema foi possível fazer a identificação do aluno e qual escola que está, o nome da mãe e a data de nascimento. Em relação ao Município de Presidente Prudente conversei com a

Rita, que já tem uma equipe que fará a aproximação com a escola para poder chegar nessa família. No tocante as escolas estaduais, já falei com a Naide e existe uma situação de R. A. errado e ainda não visualizei esse retorno e agora acertando com a equipe do PETI para levantar nas escolas para fazer a identificação dos alunos. Outro núcleo refere-se aqueles que foram classificados como aprendizes e estagiários.

Temos que fazer outro filtro por R.A e por nome para entregar às entidades CIEE, Fundação e CAC para fazerem o levantamento se esses alunos passaram pelas entidades ou nelas estão inseridos. Porém, só com o R.A. estas entidades não conseguem fazer esse levantamento, então vamos pedir essa colaboração para as escolas estaduais para que entreguem essa listagem para estas entidades que farão o levantamento que é a busca ativa. Com a mudança do ano letivo, vão conseguir encontrar, mas a maioria já mudou de escola ou de cidade, mas será possível saber se no ano que foi feita a pesquisa esses adolescentes estavam vinculados a alguma das três entidades supra. Basicamente, fizemos várias ações nessa semana para alcançarmos resultados para nos aproximarmos e entender quem são esses adolescentes, se estão vinculados com alguma entidade e os que estão em situação mais desprotegida, que já estamos iniciando as ações de busca ativa. Nós dependemos das secretarias de educação para nos fornecer essas informações, mas já avançamos muito”. Após a discordância do Dr. José Roberto Dantas Oliva quanto ao mencionado avanço nas informações, a Sra. Maria Helena esclareceu que esse trabalho é cumulado com as demais rotinas normais de trabalho, por não haver uma equipe específica para esse trabalho, e que é preciso conciliar as agendas de trabalho de todos os envolvidos. Pela Dra. Elaine, foi dito que dentre esses 241 alunos em situação de trabalho, foram “recrutados” os alunos de 5 a 11 anos que são de competência da educação municipal e os de 14 a 17 anos, que já foram passados para educação estadual, sendo que ainda mandariam os de 12 e de 13 anos. “Caso os alunos com mais de 14 anos estejam em situação de desproteção as entidades irão trazê-los para inseri-los no serviço de aprendizagem”, pontuou ela.

Pelo Dr. Mouzart Luis Silva Brenes foi dito que reconhece se tratar de um trabalho difícil e burocrático. Indagou, porém, se havia um cronograma ou uma previsão para a identificação dos alunos. Pela Sra. Maria Helena foi esclarecido que está aguardando as informações da D. Naide. “Falta a segunda fatia que se refere ao estágio e a aprendizagem”, disse ela.

A Dra. Aline, que representa a OAB, disse que a OAB, com a diretoria eleita recentemente, tem estudado várias formas de se dispor a essa questão de ajudar algumas entidades e instituições, principalmente no que tange a questão que estava em discussão. Relatou ainda: “Então pegando esse gancho, a OAB está montando uma comissão específica sobre o Direito do Trabalho, tem uma

comissão chamada de ‘OAB vai à Escola’, no qual fazemos várias palestras e estamos sendo bem recebidos nas escolas particulares. Estamos abertos para abrir uma parceria para ajudar com palestras e também na busca efetiva. Falar sobre o trabalho infantil e levar conhecimento aos adolescentes, podemos fazer esse trabalho em conjunto”.

Pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva foi dito que “sem querer jogar um balde de água fria” em ninguém, reconhece, em primeiro lugar, o esforço de todos, não só da Assistência Social, mas que pensa que, em Presidente Prudente, só é possível cumprir aquele compromisso assumido no dia 11 de setembro, na Toledo, de abolir o trabalho infantil até o ano de 2020, porque existe uma rede proteção como essa que está totalmente envolvida com essa questão. Essa é uma data que deve marcar o aspecto positivo, porque estavam presentes o prefeito, o então presidente da Câmara, Dr. Enio Perrone. Disse que se lembrava de ter dito, naquela ocasião, que se isso acontecesse Presidente Prudente estaria inscrito definitivamente na história, não na história paulista, nem na história do Brasil, mas sim na história do mundo. Que depois confirmou com a Maria Falcão da OIT e não há notícia de que algum lugar do mundo tenha eliminado completamente o trabalho infantil. Pensa que justamente por conta dessa união, desse trabalho sério que é aqui desenvolvido, inclusive pela assistência social – mas não só por ela – é que temos condições de cumprir essa meta estabelecida. E expôs o motivo por que dissera que não acha que estamos bem ou que não temos avançado o bastante: “Porque já decorreu o período de seis meses dessa promessa e pelo que eu constato, a única coisa que fizemos foi identificar os 241 alunos, uma coisa que deveria até ser simultânea, pois se nós temos o R.A., se temos as duas secretarias de educação, municipal e estadual, envolvidas, pesquisar o RA e identificar os alunos com seus endereços é uma coisa que deveria ter acontecido assim na primeira semana e já decorrido seis meses, nós chegamos a conclusão que a única coisa que fizemos foi identificar esses 241 alunos, nem os 775 casos ainda nós temos identificados. Só temos 241, pelo que entendi. A OAB já participava na gestão anterior, mas agora essa proposta de envolvimento maior é muito bem-vinda e eu há algum tempo já tenho defendido que a OAB deveria ter uma comissão de erradicação de trabalho infantil específica, porque é um tema muito sensível que diz respeito a todos nós, a exclusão social futura. Sempre tenho dito que não exclui individualmente porque na medida em que você não prepara adequadamente suas crianças e adolescentes para o futuro por intermédio de educação e de qualificação profissional, você está excluindo a própria nação de um mundo globalizado que está se preparando. Então acho que o engajamento de todos é muito importante, mas para o trabalho inicial talvez seja necessário falar não apenas com a Secretaria de Assistência Social, mas também com o prefeito municipal para que haja mais recursos nesse sentido, recursos humanos inclusive, para que o trabalho primeiro que aparece é da assistência social, que vai ter que visitar cada uma dessas famílias e não sei se é com mais alguém ou não, porque há uma outra questão sensível aí

que é a identificação das crianças e adolescentes envolvidas que só pode ser feita por autoridade que esteja trabalhando com esse tema, então, talvez, seja o caso de o FPETI conversar com o prefeito para concluir o trabalho de identificação dessas famílias e quais são os problemas que estão ocorrendo em cada uma delas e quais são as possíveis soluções. Num primeiro momento, dessas 241 situações, mas buscando ampliar isso para os 775 casos. A solução é colocar na aprendizagem, aí entram as entidades, o sistema 'S', entra todo mundo. Já tem mais de 14 anos e precisa ser colocado como aprendiz para tentar resolver o problema da família. Não, não tem 14 anos e não pode trabalhar, tem que ser retirado do trabalho e aí é uma questão social e tem que entrar o PETI. Tudo isso tem que ser detectado e encaminhado para as soluções possíveis. E nós já temos três meses de 2019 e estamos a menos de dois anos para cumprir aquilo que prometemos para 2020. Não são palavras de desestímulo, é isso que gostaria de dizer e sei do compromisso de todos da assistência social e de todos que estão aqui, mas são palavras, ao contrário, de estímulo. Temos que intensificar isso, não podemos nos conformar com aquilo que nós já conseguimos, porque a identificação em seis meses foi só formal. Não houve identificação material e identificação dos problemas. Mas apenas a identificação formal em seis meses, sinto muito em dizer e constatar, é pouco para nosso objetivo que é muito ambicioso”.

Pelo Dr. Mouzart foi dito que, caso fosse identificada alguma dificuldade, não se aguardasse a próxima reunião, e que fosse imediatamente feito contato para, através deste Fórum, ser marcada uma reunião com o Prefeito Municipal. O Dr. José Roberto Dantas Oliva ainda agradeceu a presença da Dra. Elaine, representante da OAB, por se colocar a disposição para o trabalho no combate ao trabalho infantil.

Pela Sra. Maria Helena, foi dito que o banco de dados com informações de RA e situação das crianças e adolescentes não foi entregue no dia 11, ou seja, 20 dias após. “Esse fato também não justifica a demora, é só para conhecimento”, pontuou.

Pelo Dr. Diego foi dito que aguarda o envio dessas informações, principalmente porque o MPT depende da identificação dos empregadores para atuar como procuradoria, convocar os empregadores para assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta ou eventualmente demandar ações judiciais. Independentemente das dificuldades administrativas que enfrente a Secretaria de Assistência Social pediu para que sejam apresentadas ao MPT. Em relação à identificação onde ocorre esses casos de trabalho infantil, reforçou o Dr. Diego que, identificados casos de trabalho infantil dessa jaez, que não se aguarde a remessa dessas informações à Secretaria de Assistência Social, mas que já as encaminhem ao MPT. Mencionou que recebem diversos ofícios dos Conselhos Tutelares, das mais diversas regiões, e que conseguem, a partir da identificação dos empregadores, buscar uma solução extrajudicial ou

judicial. Já assinaram dois TACs com o Município de Presidente Prudente, sendo um para extinção do trabalho infantil no camelódromo e outro nas feiras livres. Também seria possível, às vezes, a OAB orientar os advogados para que, ao ajuizar uma ação trabalhista de trabalho infantil em idade e em condições de lista TIP, por exemplo, fizessem um ofício e o encaminhasse ao MPT. Ou que a comissão da OAB reunisse essas informações e os oficiasse, para que haja várias frentes de trabalho. Afirmou que a promotoria não pode, no seu pensar, funcionar apenas institucionalmente. É preciso aqui debater e pensar que isso é uma boa ideia. As entidades sindicais, tendo conhecimento, que encaminhem ao MPT os ofícios pertinentes, para que ele possa funcionar não só como órgão de fomento, mas como órgão efetivo de combate ao trabalho infantil.

4- Organização dos eventos em comemoração ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho);

O Juiz do Trabalho Mouzart Luis Silva Brenes iniciou dizendo que, no dia 12 de junho, comemoramos o dia Mundial, Nacional e Municipal de combate ao trabalho infantil. Afirmou que, no ano passado, a Secretaria de Assistência Social, juntamente com outras entidades e o próprio Fórum, realizaram vários eventos ao longo da semana de 12 de junho. Disse que a comissão de Erradicação do Trabalho Infantil do TRT-15 solicitou a realização, pelo menos, de uma caminhada ou corrida em comemoração ao dia 12 de junho. Disse que gostaria de ouvir dos Senhores e Senhoras presentes na reunião sugestões sobre a organização do evento. Relatou que, em debates no grupo de erradicação de trabalho infantil do Tribunal, foi sugerida a realização de uma caminhada e uma corrida, com entrega de premiação (medalhas) para atrair o maior número de participantes possível.

“Sou do CMDCA e já fizemos nosso plano de ação para o ano de 2019 e um dos itens consiste em fomentar o tema de combate ao trabalho infantil no dia 12 de junho. O CMDCA está a disposição caso haja necessidade de algum recurso, para contratação extra de algum evento a ser realizado”.

Mediante sugestão da Sra. Silvana, foi criada uma comissão para organizar os eventos comemorativos da semana do dia 12 de junho, assim como ocorreu no ano passado. A Sra. Silvana sugeriu que a agenda de eventos seja mais enxuta, com eventos de domingo a quarta-feira, colocando o Dr. Sebastião para realização de palestras, pois ele tem um material muito rico sobre o assunto.

Pelo Dr. Mouzart Luís Silva Brenes, foi dito que na reunião da Comissão de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do TRT da 15ª Região, foi sugerido que a caminhada/corrída fosse realizada no domingo (09/06).

O Dr. José Roberto Dantas Oliva indagou se o Município de Presidente Prudente não teria como organizar uma corrida.

Após ampla discussão sobre os eventos a serem organizados na semana do dia 12 de junho (inclusive o realizado em anos anteriores), decidiu-se criar uma comissão que foi composta pelos seguintes membros: Maria Helena, Elaine, Marina, Silvana, Júlio César, Ana Cláudia, Maria Luíza, Marielle, Jania, Cláudia e Paulo.

A Sra. Silvana, colocou o espaço físico da Gerência Regional do Trabalho à disposição para realizar as reuniões.

Pelo Dr. Mouzart Luís Silva Brenes foi sugerido a criação de um grupo de WhatsApp para tratar especificamente da organização dos eventos de 12 de junho. Por fim, ficou mantido o mesmo grupo de whatsapp criado para a organização dos eventos do ano de 2018.

5- Apresentação de projetos aprovados pelo PETI;

Pelo Dr. Mouzart Luis Silva Brenes foi dito que a Marina, que representa a Casa do Aprendiz Cidadão, apresentará os projetos que foram aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Inicialmente a Marina esclareceu que apenas a Casa do Aprendiz Cidadão se interessou e inscreveu projetos, que foram aprovados pela comissão do CMDCA, mas ainda depende de aprovação do MPT e da Justiça do Trabalho, respectivamente.

Questionada pelo Sr. Paulo, a Sra. Marina esclareceu que outros projetos foram inscritos mas não foram aprovados pelo CMDCA.

O Sr. Paulo fez as seguintes observações: “Fui procurado pela presidência e também pela gerência da Associação de Prevenção de Portadores de Aids – APPA e houve uma reclamação em razão do recurso que foi apresentado ao CMDCA. A princípio, é natural a reclamação e procurei estudar as justificativas para recusar o projeto. Um dos pontos me chamou a atenção, refere-se que o projeto não estaria alinhado com a pesquisa que foi realizada e diz que a pesquisa seria indispensável em relação ao projeto e, participando dessa discussão em torno da condição que se colocou, imaginava-se que a pesquisa seria baliza na identificação efetiva daqueles que estariam sofrendo com o trabalho infantil e, a partir daí, os projetos evidentemente atenderiam aqueles alcançados pela pesquisa. Quando a negativa do recurso diz respeito exatamente ao ponto de que não poderia ser aprovado porque a pesquisa ainda passa por uma avaliação e identificação. Se a pesquisa é o balizador e se ela é o motivo da recusa do projeto, entende-se que alguma coisa estaria

fora dessa órbita natural e seria importante a gente discutir. Dentro deste aspecto seria importante, inclusive, considerando esse grau de aprovação e de jurisdição para que seja aprovado, que se dê ciência para possibilidade de recurso junto ao Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, porque me pareceu, talvez, com todas as ressalvas, que a negativa do recurso apresentado estaria em dissonância com aquilo que a gente imagina que seria o objetivo da pesquisa”.

Pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, foi dito: “Por uma questão de ordem, na verdade, me desculpe antecipar, mas o Dr. Mouzart pode confirmar, não cabe recurso ao MPT ou à Justiça do Trabalho e eu explico: Na verdade a ideia de destinação de recursos para o FMDCA é justamente desvincular esses órgãos de qualquer escolha que não tenha como baliza a impessoalidade e a observância ao princípio da legalidade. Então, quem tem poder de recurso de natureza administrativa tem que ser direcionado a esse órgão é a comissão do CMDCA, porque só depois de aprovado pelo CMDCA é que o MPT e a Justiça do Trabalho vão chancelar ou não esses projetos e, portanto, não há possibilidade de deliberação, num primeiro momento (porque se for ajuizada alguma ação, evidentemente, que o Poder Judiciário terá de se pronunciar) para o MPT e a Justiça do Trabalho manifestarem. Me chamou muita atenção, porque os únicos que apresentaram projetos foi a APPA e a CAC, e isso não é bom. Houve divulgação, com publicação de edital, reunião com todos os presidentes de entidades cadastradas no CMDCA informando sobre os recursos que nós tínhamos no ano passado – mais de R\$ 600.000,00 – parados para aplicação. Estive na semana passada em Campinas, a convite de Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Campinas e Região, fazendo uma palestra, e para sua elaboração, entrei no site do FMDCA de Campinas e, para minha surpresa, constatei que no dia 31/12/2018, o FMDCA de Campinas tinha mais de R\$ 24.000.000,00 (Vinte e quatro milhões de reais) parados em caixa e pude verificar no extrato que tem rendimentos de aplicação financeira, inclusive. Isso pra mim é extremamente grave e reflete essa dificuldade que as entidades têm de apresentar projetos consistentes que possam ser aprovados pelo CMDCA. Lá eu não sei se existe problema como de divulgação ou até elaboração e publicação de editais, mas eu levantei esse problema lá e haviam membros dos Conselhos Tutelares e salvo engano no CMDCA de Campinas eu perguntei: Não é possível que não tenha criança e adolescente precisando desse dinheiro, de projetos, mas não obtive uma resposta do que está acontecendo. Não tem sentido, até perguntei se havia um projeto maior se estavam reservando dinheiro, mas não obtive resposta. A impressão que eu tive é que as pessoas não sabiam sequer que esses recursos existiam e que estavam parados e são mais de vinte e quatro milhões parados numa conta. Quer dizer, não é esse, efetivamente, o objetivo. Uma coisa que a gente precisa se preocupar muito é que o CMDCA oriente as instituições e organizações/entidades sobre o que têm que fazer para se habilitarem nesses editais, ou seja, quais os caminhos a serem percorridos

para isso. Primeiro passo, a entidade para ser beneficiada tem que estar cadastrada no CMDCA, parece que esse não é o caso da APPA (alias não estou tratando do caso da APPA), só estou falando genericamente o que está acontecendo. Portanto, se houver recurso, em primeiro lugar tem que ser no âmbito administrativo do CMDCA, não dá para o MPT e a Justiça do Trabalho interferir, pois a eles caberá apenas, no momento que o CMDCA encaminhar os projetos aprovados, dar ou não o aval. E somente após esse aval (isso fica condicionado nas decisões), a Justiça do Trabalho libera os recursos. Penso que cabe a todos nós fazer isso, que há necessidade de conscientização dessas entidades. Talvez haja algum tipo de receio porque, quando se emprega recursos públicos, sujeita-se a algum tipo de fiscalização. Desde que tudo seja feito com lisura e transparência, não haverá problema algum. Preparem-se para receber esses recursos e inscrevam seus projetos. De acordo com o Dr. José Roberto Dantas Oliva, o procurador Dr. Pestana disse não ter nenhuma ressalva de enviar recursos para o FMDCA, desde que esteja funcionando bem, porque se não estiver funcionando e não elaborar e não realizar projetos, não tem sentido destinar dinheiro para esses fundos.

Na sequência, a Sra. Marina, manifestou-se nos seguintes termos: “Apenas para complementar, e já passo a palavra à Sra. Elaine, que fez parte da comissão de seleção do CMDCA, antes mesmo de ser publicado o edital, a gente convocou todas as organizações inscritas no CMDCA (portanto, todas estavam aptas a inscrever projetos) e nesta última resolução, a comissão que elaborou o edital, colocou modelos para ficar bem fácil para equipe técnica da organização poder inscrever o projeto. Tinha, inclusive, modelo de plano de trabalho, o que é objetivo específico, bem didático e fácil para fazer a inscrição. A comissão convocou a reunião, foi ao Matarazzo, fez lista de presença, pedimos que comparecessem o presidente e uma pessoa da equipe técnica, porque o nosso receio era que vai só a pessoa da equipe técnica – nada contra – e essa pessoa não passa essa informação ao presidente. Portanto, comparecendo o presidente e uma pessoa da equipe técnica, as duas pessoas ficariam sabendo e poderiam inscrever os projetos. A gente não só divulgou como demos uma aula, explicando o edital ponto a ponto e quando chegou nos modelos, expliquei ponto por ponto. Porém, quando acabou o prazo de inscrição, veio a decepção, e pensei no que teremos que fazer para obter mais inscrições de projetos.

Pela Sra. Elaine foi dito que a comissão do CMDCA não trabalha sozinha, pois existe um Decreto do Município de 2016, que regulamenta a Lei 13.019 e ele prevê uma Comissão Especial de Assessoramento às Comissões de Seleção de Monitoramento e Avaliação, sendo que nessa comissão existem representantes do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Finanças, da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Educação. Ela dá o apoio, quando necessário, para a comissão de seleção. Nós trabalhamos juntos, todas as dúvidas que tivemos, para não errar, nos reportamos a esses

representantes da comissão. O projeto apresentado pela APPA era muito interessante de ser realizado, mas não foi aprovado porque, acredita, que entrava a situação de bolsa, para repassar valores mensais para o adolescente. Outra parte, que poderia ser aprovada em momento futuro, no tocante a pegar trinta adolescentes da pesquisa, mas como ainda não tínhamos esses adolescentes identificados, não conseguiríamos iniciar o projeto que tem que ser desenvolvido ainda esse ano. Nesse momento, o projeto não seria aprovado porque a gente não podia disponibilizar para a organização o banco de dados que é sigiloso. No caso de bolsa, recebemos a orientação que só pode ser atrelado a uma lei federal, estadual ou municipal, para poder fazer a transferência de valores diretamente para o adolescente.

Pelo Dr. Mouzart Luis Silva Brenes foi dito que foi bom o Paulo trazer essa discussão sobre a não aprovação do projeto da APPA, porque isso provocou uma reflexão e possibilitou que o Dr. José Roberto Dantas Oliva expusesse uma visão muito ampla sobre as verbas do FMDCA e sobre o procedimento a ser adotado para obter a liberação do numerário destinado a custear os projetos aprovados pelo CMDCA, além de provocar uma reflexão sobre a forma de inscrição dos projetos no CMDCA.

Continuando, a representante do sistema “S” expôs que as organizações estão vinculadas a seguimentos sociais e normalmente elas já têm verbas de atendimento para esse seguimento e, por isso, ficam criando projetos dentro daqueles seguimentos aos quais estão vinculadas. Quando olhamos para o trabalho infantil, me parece que temos um seguimento fortalecido por organizações do sistema “S”, que olha pra isso e acompanha bastante de perto, mas algumas lacunas ainda permanecem. Eu e a Maria Helena ficamos muito tempo no PETI e percebemos que algumas lacunas ainda não foram solucionadas, então talvez seja o caso de criar entidades novas, com seguimentos novos, que dessem conta desse serviço. A gente também tem uma carência de inovação, porque toda hora que a gente olha para a questão do trabalho infantil parece que a gente vai para erradicação em aspectos de capacitação, pelos mesmos seguimentos, sem muita inovação nessa área. Talvez a gente precise trabalhar com esses números que forem apontados nos próximos dias e pensar em inovar nessa área. De que forma a gente pode criar projetos novos além dos que já existem, porque com o que a gente tem, não é suficiente. Olho para uma demanda de aproximadamente duzentos adolescentes, e vejo que ela grita, porque chegamos na ponta aiceberg, pois o que tem por baixo é maior ainda. Essa demanda é bem maior. Se nós queremos chegar em 2020 resolvendo o problema, nos precisaremos inovar e criar mais projetos que deem conta disso. Temos recursos financeiros, mas o que a gente faz com ele? Graças a Deus que a gente tem dois projetos que foram apresentados, mas precisamos de muito mais para dar conta disso. Deixo a reflexão de como inovar nessa área para dar conta dessa demanda.

Devolvida a palavra à Sra. Marina, ela iniciou sua apresentação pelo projeto SEMEAR, em andamento desde 2018. Foi “refinanciado” para 2019 e já está em execução. Disse que este projeto tem o escopo de ofertar a qualificação profissional ao auxiliar administrativo e o conhecimento em informática básica. Dentro deste projeto há também o ciclo de palestras sobre o ECA, a legislação sobre trabalho infantil e lista TIP, e assim os adolescentes começam a entender que dá para fazer diferente e dar outro direcionamento na vida deles. Este projeto atende 400 adolescentes, em quinze turmas, e o foco do projeto é trabalhar a inserção do adolescente no mundo do trabalho, como uma ponte para a aprendizagem. Os adolescentes que entram com 14 anos de idade são os mais novos e não são inseridos como aprendizes, pois primeiro eles recebem orientações para depois serem inseridos no mercado de trabalho.

O projeto CATAVENTO vem da ideia do nosso símbolo e está sendo desenvolvido desde o ano de 2018, mediante parceria com a FATEC e ele foi criado para atender a demanda de jovens que é surpreendido em trabalho infantil. Portanto, esse projeto é específico para acolher essa demanda do PETI e também a demanda dos adolescentes que estão em torno do espaço físico da FATEC, porque a gente mantinha 150 adolescentes do PETI. Nos levamos a qualificação que nós oferecíamos dentro da CAC para o bairro, porque a gente percebia a dificuldade financeira de pagar o vale-transporte para o adolescente chegar até a organização, e esta, por sua vez, também tem dificuldade financeira de financiar esse vale-transporte. Como a FATEC fica em bairro da zona leste atende todo o entorno. O projeto é super bacana e inclusive o Dr. Dantas e o Dr. Mouzart participaram de uma formatura de turma. No ano passado foram atendidos 148 adolescentes. O projeto trabalha a questão do auxiliar administrativo, a informática básica, e também tem oficina de línguas (espanhol), de horticultura, educação financeira, e técnicas de diversas temáticas. A FATEC oferece a questão da horticultura, da educação financeira, e da informática (que não é básica). A CAC financia a técnica de referência, que é a responsável por cuidar da parte burocrática do desenvolvimento das ações, e o instrutor de cursos. Dentro do projeto CATAVENTO também temos o psicopedagogo, uma vez que o adolescente vai trabalhar como servente de pedreiro porque foi expulso da escola por não se enquadrar em certos padrões. Daí, na qualificação profissional esses adolescentes não compreendem o que professor está dizendo, pois, por mais que seja uma qualificação básica, eles precisam saber ler e escrever. Constatamos que os adolescentes em situação de trabalho infantil são aqueles que não sabem ler e escrever. Por isso, nós contratamos e contamos com o psicopedagogo para realizar um trabalho individual com esses adolescentes, com o objetivo de inseri-los em um curso de qualificação profissional. Os adolescentes atendidos no projeto vão à FATEC três vezes por semana. Para esses adolescentes que estudam de manhã e estão no período da tarde na FATEC, no projeto CATAVENTO, é mais difícil de ingressar no mercado do trabalho infantil porque ele já estão com a manhã e a tarde ocupadas.

A FORMAÇÃO CONTINUADA é um projeto que já é da casa e nós já desenvolvemos ele há mais de três anos e no edital que foi aprovado foi aberto uma oportunidade, pelo GEPAC, para as organizações inscreverem projetos que precisavam complementar um projeto já existente. Na FORMAÇÃO CONTINUADA nos percebemos que era importante um educador físico, pois ele já está sendo preparado para ser encaminhado ao mercado de trabalho e ali ele começa a ser direcionado para as entrevistas de emprego. Nisso percebemos o quanto eles são introvertidos e tem medo, o que prejudica a aprovação nas entrevistas de emprego, pois a empresa faz uma seleção com os adolescentes na contratação. A formação CONTINUADA trabalha essas questões físicas, realizando dinâmicas de grupo, fazendo com que esses adolescentes se desenvolvam. Nesse projeto, nos ampliamos o número de “jovens” porque fomos abrindo projetos externos e ficamos com muitos adolescentes precisando de emprego na condição de aprendiz.

O projeto SEM MEDIDAS é inovador, uma vez que a CAC já atende adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em parceria com o CREAS medidas, da Fundação Casa, inclusive estamos com um adolescente que ainda está internado e está sendo atendido dentro da instituição. Porém, a casa atendia um ou dois encaminhamentos, de forma pontual. A CAC em diálogo com o CREAS criou o projeto SEM MEDIDAS, porque não iremos medir esforços para colaborar com o desenvolvimento deste adolescente, na medida em que ele vai trabalhar dentro do CREAS medida e a equipe de profissional estará dentro do CREAS, assim como nós fazemos com a FATEC e no Morada do Sol, no projeto TRILHO DO SOL. Portanto, esses adolescentes receberão um psicopedagogo, pois geralmente estão em medida socioeducativa, não estão na escola e não sabem ler e escrever. Por isso, nós fazemos um trabalho de preparação completo, envolvendo atendimento com psicólogo e psicopedagogo para irmos identificando as dificuldades de aprendizagem, para aplicarmos reforços específicos nessa área. Nós encaminhamos esses adolescentes para a educação também e vamos trabalhar em conjunto, mas nós atuamos de forma pontual, atingindo a demanda do CREAS medidas socioeducativas. Esse é um dos projetos que ainda demanda da aprovação do MPT e da Justiça do Trabalho. Uma vez aprovado, nós vamos desenvolver esse trabalho em conjunto com a equipe do CREAS. Após o atendimento psicopedagógico, os adolescentes poderão escolher a qualificação profissional na área administrativa ou na área de produção industrial. Também sempre colocamos o básico sobre a língua portuguesa e a matemática. O projeto atenderá no mínimo quinze adolescentes, que fica vinculado à CAC, sem nenhum custo para as empresas parceiras, pois se trata de “jovem” em extrema vulnerabilidade que é enquadrado na quota social.

A Sra. Marina ainda esclareceu outras questões gerais envolvendo o projeto e teceu algumas considerações sobre peculiaridades pertinentes à sua elaboração e/ou aprovação.

Pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva foi dito que o Decreto que regulamenta a lei de aprendizagem prevê que o jovem em vulnerabilidade tem prioridade, mas que isso é ilusão, infelizmente, pois o empresário quer o menino arrumadinho, se tiver com gel passado no cabelo, melhor ainda. A escolha é nesse sentido, de modo que em relação a esse segundo projeto vocês irão conseguir não só a aprovação como a colocação dos quinze adolescentes. Ele é importantíssimo, porque ao desonerar o empregador com a condição de que ele não faça esse tipo de seleção, está se atendendo o objetivo maior de inserção de adolescentes em situação de vulnerabilidade extrema. Também já defendi esse projeto em Campinas a convite do MPT, para dar exemplo do que Presidente Prudente está fazendo. Registro, ainda, que já fiz na própria CAC, que, por sinal, mudou nome, que era Casa do Pequeno Trabalhador (expressão que só tinha sentido se o trabalhador algum problema relacionado à estatura), e se adequou. Sei que a casa fará 40 (quarenta) anos por esses dias. Então, parabéns à CAC pelos projetos apresentados e precisamos estimular outras entidades para, também, apresentarem projetos dessa natureza, que possam ser aprovados e receber esses recursos, pois isso é extremamente importante.

Dr. Mouzart Luis Silva Brenes, parabenizou a CAC pelos projetos desenvolvidos e também a Marina pela exposição e pelo brilho nos olhos com que fala sobre os projetos, o que motiva o FPETI e faz valer a pena o trabalho que ele realiza.

5 – Assuntos gerais

Pelo Dr. Mouzart foi dito que havia anotado para falar sobre a eventual mudança do regimento interno do FPETI, onde consta Ministério do Trabalho, mas diante do que foi debatido nesta reunião, e como a Medida Provisória ainda não é definitiva, poder-se-ia tal decisão aguardar até a eventual confirmação da mudança na estrutura do Ministério do Trabalho.

Ficou definido que a próxima reunião será realizada no dia 24 de maio de 2019, às 9h00.

O Dr. Diego Catelan Sanches, fez as seguintes considerações: “Em primeiro lugar, no tocante a aprovação dos recursos, menciono que o MPT, na pessoa da Dra. Renata Bossato, não vai faltar, como nunca faltou, com os compromissos deste Fórum. Além disso, a Dra. Renata pediu para lembrar a todos os Conselheiros Tutelares e demais interessados que a Escola Superior do MPU oferece, gratuitamente, um curso a distância para capacitação de Conselheiros Tutelares. Hoje é o último para se inscrever na página eletrônica da Escola Superior do MPU. O curso está previsto para

o período de 1º/4 a 1º/5, com carga horária de 20 horas-aulas. São vídeo aulas e atividades no ambiente virtual de aprendizagem, ou seja, podem usufruir do curso Conselheiros Tutelares como também integrantes das Secretarias de Assistência Social. Para quem tiver interesse vou deixar com o Dr. Mouzart o edital do curso para que possam tirar uma cópia desta via para acessarem o site”.

O Vereador Willian Leite, por sua vez, estendeu seus cumprimentos a todos e se colocou a disposição para suprir alguma lacuna e para propiciar efetividade ao trabalho do Fórum. Disse também: “Estou muito feliz sobre esse dever-fazer da família, da sociedade e do Estado, pois essas peculiaridades sobre a proteção da criança e do adolescente, constitucionalmente asseguradas, estão sendo realizadas de forma muito bonita pela Justiça do Trabalho, pela Delegacia do Ministério do Trabalho. Também me chamou atenção os acontecimentos dessa semana – muito se fala de arma – mas o amor supre, vai além, e independente da pessoa estar com uma arma empunhada, porque é o amor que é a medida certa para não deixar nada de mau acontecer. Parabéns à CAC, à Marina e em nome dela parabenizo todas as entidades, assim como as pessoas presentes que representam entidades e espero que esse trabalho continue vencendo as etapas que são colocadas. Parabéns Dr. Mouzart, Dr. Dantas. Parabéns a todos”.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. Mouzart Luis Silva Brenes deu por encerrada a reunião, agradecendo uma vez mais à presença de todos, e eu Carlos Eduardo Santos de Melo, _____, Assistente de Juiz, lavrei a presente ata que será encaminhada por meio eletrônico a todos os participantes e, depois de aprovada, assinada por mim e pelo MM. Juiz Doutor Mouzart Luis Silva Brenes.

MOUZART LUIS SILVA BRENES

Juiz do Trabalho Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência
(JEIA)